COMPAGAS E OS ACIONISTAS

Companhia Paranaense de Gás – Compagas / CNPJ 00.535.681/0001-92

Conselho de Administração	**Conselho Fiscal**
Marcio Fernando Nunes	Samir Fouani
Presidente	**Presidente**
Carlise Kwiatkowski	Luiz Henrique Barros
Eduardo Fernandes Paim	Sergio José de Barros
Anderson Gil Ramos Bastos	
Rafael Senna Santos Imbuzeiro	**Diretoria Executiva**
	Luciano Pizzatto – Diretor Presidente
	José Roberto Gomes Paes Leme – Diretor Técnico Comercial
	Fábio Augusto Norcio – Diretor de Administração e Finanças

Contador
Marcelo Pereira da Silva
CRC-PR 034803/O-0

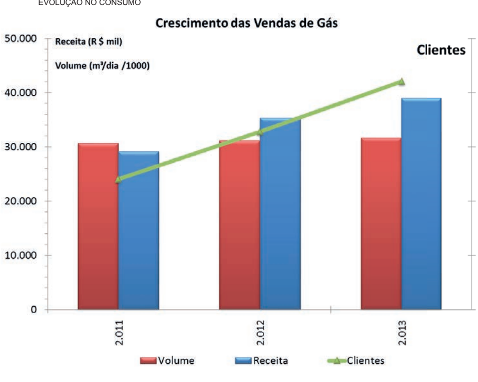
RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2013

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2013.

Conjuntura Econômica
Em 2013, o consumo de gás natural no Brasil foi superior em 17,8% ao ano de 2012, de acordo com levantamento estatístico da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), aumentando a média diária de 57 milhões para 67,2 milhões de metros cúbicos (m³). O crescimento foi puxado pelo segmento de geração elétrica, que subiu 64,5% em relação a 2012, devido ao acionamento das térmicas para garantir a oferta de energia em virtude do nível dos reservatórios abaixo do esperado para o período e também do aumento no consumo de energia elétrica. Sem considerar este setor, o consumo em 2013 registrou retração de 0,4%, ou seja, o mercado não térmico se manteve estável.
Mesmo com dados que indicam retração e estabilidade do uso do gás em alguns segmentos do mercado, a expectativa nacional é que a demanda pelo combustível aumente nos próximos anos.
Anúncios realizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pelo Governo Federal, durante todo o ano de 2013, reforçam a tese que o gás natural terá uma crescente participação na matriz energética. De acordo com o anunciado, o Brasil deve dobrar a exploração de reservas de petróleo e gás nos próximos anos, o que pode levar o país até a autossuficiência em gás natural.
Hoje, são mais de 24,9 mil quilômetros de redes construídas em todos os estados que distribuem o gás canalizado a mais de 2,4 milhões de consumidores. A espera é que nos próximos anos todos estes números sejam ainda mais relevantes de forma a contribuir significativamente para a participação do gás natural na matriz energética brasileira.

Desempenho da Compagas
Em 2013, a Compagas registrou alta no consumo de gás natural no mercado não termelétrico. O volume médio diário comercializado foi de 1.042.123,59 m³/dia. A média é 2% maior do que a registrada em 2012 e 3,4% maior que a de 2011.
No tocante ao mercado termelétrico, o volume transportado foi de 1.195.158 m³/dia.

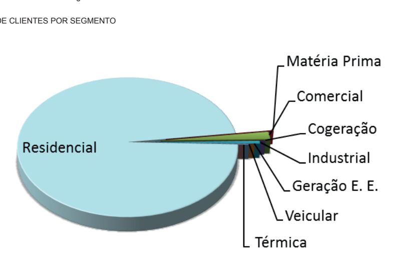
EVOLUÇÃO NO CONSUMO



Em relação ao número de clientes, a companhia registrou um incremento de 4.613 novos consumidores, chegando ao total de 21.018 unidades, o que representa um aumento de 28% no total de usuários de gás natural no Paraná. A rede de distribuição cresceu e está em mais dois municípios do Estado, Fazenda Rio Grande e Londrina.
Em 2013, a Compagas registrou recorde no segmento residencial, com o atendimento a mais de 20 mil unidades domiciliares. No comercial, mais 29 estabelecimentos iniciaram a utilização do combustível, entre eles, o Shopping Pátio Batel, em Curitiba.
As vendas totais para o segmento Industrial e Grandes Clientes totalizaram 335,8 milhões de m³. Este setor engloba os clientes que utilizam o gás em processos industriais, como matéria-prima, para cogeração e geração de energia elétrica em horários de ponta.
O consumo industrial representou 52% do volume total distribuído pela Compagas. Em 2013, a média diária distribuída para este setor foi de 538.486 m³, com o registro de 5,5% de crescimento em relação a 2012. Nos setores de matéria-prima, cogeração e geração de energia elétrica, juntas, as cinco empresas destes segmentos consumiram, na média, um total de 381.584 m³/dia.

Em relação ao número de consumidores, o setor registrou sete novos clientes. Entre as empresas que iniciaram o consumo no ano, estão a Sumitomo Ruber do Brasil, a primeira indústria de Fazenda Rio Grande com o gás natural, e a Agrocete Fertilizantes, que além do consumo industrial, utiliza o gás para a Geração de Energia Elétrica em Horários de Ponta na cidade de Ponta Grossa.
A alta dos preços nos combustíveis líquidos impulsionou o uso do Gás Natural Veicular (GNV) no Paraná. No ano, foram comercializados 34 milhões de m³ do combustível, uma média diária de 93.236 m³. Este volume é 3% maior que o registrado em 2012 e representa 9% do volume total comercializado pela Compagas durante todo o ano.
A Companhia também desenvolveu novos projetos para atendimento com o biogás, como a integração da Compagas com a Itaipu na região de Toledo, e o shale gas ou gás de xisto. Todas as ações contemplam a busca de novas fontes de suprimento para ampliar o fornecimento de gás natural no Paraná, levando o combustível e o desenvolvimento a mais regiões e consumidores.

PARTICIPAÇÃO DE CLIENTES POR SEGMENTO

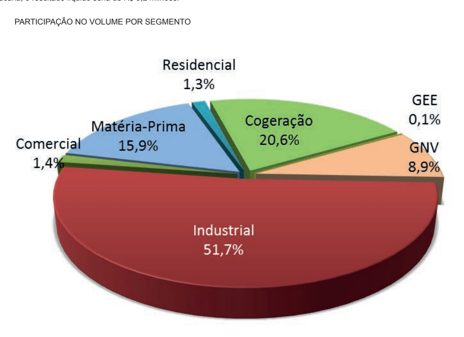


Desempenho dos Negócios
Em 31 de dezembro de 2013 a Compagas atendia a 21.018 unidades consumidoras, sendo 135 indústrias, 32 postos de Gás Natural Veicular, 373 estabelecimentos comerciais, 20.465 residências, 2 empresas com cogeração, 1 empresa que utiliza o gás natural como matéria-prima, 1 empresa com geração de energia elétrica em horários de ponta e 1 que utiliza o gás para geração elétrica, a Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA).

As vendas totais de gás foram de 1.042.123 m³/dia, assim distribuídas: industrial – 538.486 m³/dia; cogeração – 214.966 m³/dia; matéria-prima – 166.077 m³/dia; geração de energia elétrica – 539 m³/dia; veicular – 93.237 m³/dia; comercial – 14.760 m³/dia e residencial – 14.058 m³/dia. Em 2013, a Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA) esteve em operação e teve um consumo médio de 1.195.158 m³/dia.

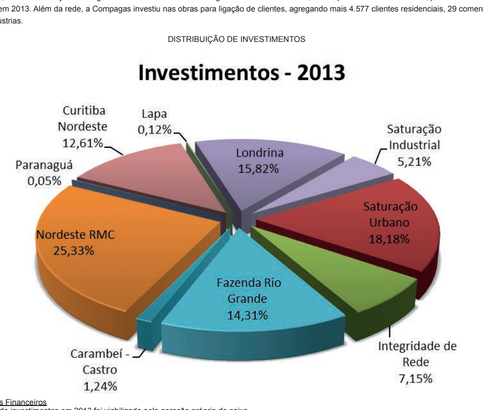
O LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), incluindo o suprimento da UEG Araucária foi de R$ 37,2 milhões, correspondendo a 10 % sobre a receita operacional líquida. O resultado líquido da Companhia em 2013 foi de R$ 18,4 milhões. Desconsiderando-se a UEG Araucária, o resultado líquido seria de R$ 9,2 milhões.

PARTICIPAÇÃO NO VOLUME POR SEGMENTO



Investimentos
Em 2013, foram investidos R$ 40,8 milhões para a expansão da rede de distribuição, em obras de ramais de grande e pequeno porte. Os projetos incluem a construção da rede de distribuição em Londrina, em Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba, os ramais do Projeto Nordeste, além da saturação nos segmentos urbano e industrial e integridade da rede. Com isso, a rede possuía 602 km em 2012, passou a contar com 646 km em 2013. Além da rede, a Compagas investiu nas obras para ligação de clientes, agregando mais 4.577 clientes residenciais, 29 comerciais e sete indústrias.

DISTRIBUIÇÃO DE INVESTIMENTOS



Recursos Financeiros
O plano de investimentos em 2013 foi viabilizado pela geração própria de caixa.

Aspectos Ambientais
Em 2013, a Compagas obteve licença prévia para o Ramal Pronta Grossa – Carambeí - Castro, a licença de instalação para o Ramal Nordeste RMC, que passa pelos municípios de Pinhais, Colombo, Campina Grande do Sul e Quatro Barras, e licença de operação para os Ramais Londrina – Cambé e Linha Verde III. As licenças foram concedidas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) e pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP).
No que se trata aos procedimentos relacionados aos novos projetos, foram realizadas audiências públicas nos municípios de Ponta Grossa, Carambeí e Castro, iniciado o processo para contratação de empresa que fará o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para o projeto Araucária – Lapa – São Mateus do Sul.
A companhia deu continuidade ao Programa de Gerenciamento de Resíduos, iniciado em 2009. No ano foram destinados para reciclagem ou encaminhados para destinação final correta 40 kg de pilhas e baterias, 35 kg de lâmpadas, 45 kg de sólidos contaminados, 1.383 kg de papel, além de mídias (compreendendo fitas VHS, CDs e DVDs) e peças de computador (teclados, mouses, monitores e placas).

Indicadores Operacionais
TFCA = 3,36 – Taxa de frequência de acidentes com afastamentos (nº de acidentes com funcionários/milhão de hh)
TG = 299 – Taxa de Gravidade (nº de dias perdidos/milhão de hh)
DEG = 24 min – Duração equivalente de interrupção de gás (intervalo de tempo que cada consumidor sofreu descontinuidade no suprimento de gás)
FEG = 0,06 – Frequência equivalente de interrupção de gás (nº médio de interrupções em cada consumidor)
TAI = 34 min – Tempo de atendimento de interrupção (intervalo médio entre o horário da solicitação de atendimento da ocorrência e o horário de chegada ao local)
Perdas = 0,53% - Perdas de operação-manutenção (Percentual do volume faturado no ano)

Relações com a Comunidade e Responsabilidade Social
Anualmente, parte do Imposto de Renda é destinado a projetos culturais cobertos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). Em 2013, o apoio foi para o Museu Oscar Niemeyer (MON). Pela Lei de Incentivo ao Esporte, a Compagas apoiou três projetos: Uniformizando o Círculo, do Círculo Militar do Paraná, o Campeonato Paranaense de Enduro Equestre, do Instituto Enduro Brasil e o projeto "Thalia por um ser melhor", da Sociedade Thalia. O projeto "Pela Vida da Criança", do Hospital Erasto Gaertner recebeu o apoio através dos recursos destinados ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA).
Em 2013, a Compagas levou aos municípios de Londrina e Cambé, no Norte do Paraná, o Programa de Comunicação com a Comunidade, que trata de explicar, por meio de uma peça teatral, a origem, as características, utilizações e questões de segurança relacionadas ao gás natural. As apresentações foram realizadas em 25 escolas da rede municipal de ensino das duas cidades. Mais de 9 mil alunos, de 6 a 10 anos, assistiram à peça.
Outro programa apoiado foi o Guardiões da Natureza. No ano, 40 alunos do Colégio Maria Gaia Grendel, localizado nas proximidades da sede da Compagas, participaram do curso de agentes ambientais mirins, promovido pelo Batalhão da Polícia Ambiental da Polícia Militar do Paraná.
Durante o ano, a Compagas participou de edições do Programa Paraná em Ação. Nesses eventos, a comunidade local pôde usufruir de uma série de serviços gratuitos, como emissão de documentos (carteira de identidade, CPF e carteira de trabalho, entre outros), exames de saúde, entre outros. No espaço destinado à Compagas, a comunidade pode ver um carro com o kit de Gás Natural Veicular (GNV) instalado e conhecer as vantagens do combustível. Além disso, as crianças participaram do clube da pintura e receberam um gibi do Gastubinho (mascote da Compagas).
Outras ações da Companhia envolvem o apoio a entidades e ações de cunho social. A Compagas apoiou a Campanha Volta às Aulas, liderada pelo Provopar, com a montagem de kits escolares que foram entregues para mais de cinco mil estudantes de municípios paranaenses com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O Instituto Gui Darin, voltado à defesa dos direitos e ao atendimento de crianças, jovens, adultos e idosos em situação de risco social ou com deficiências, recebeu patrocínio para auxílio na construção de uma Casa Lar, e a Associação dos Deficientes Visuais do Paraná (Adevipar) contou com o apoio para que as ações da equipe de futebol dos deficientes visuais tivessem continuidade em 2013.

Administração
Com o objetivo de aprimorar sua gestão de pessoal, a Compagas aprovou um novo Plano de Cargos e Salários (PCS) aderente às práticas de mercado e com uma série de melhorias aos funcionários quando comparado ao plano anterior.
A companhia também entende que para alcançar seus objetivos é necessário investir no desenvolvimento dos seus empregados. Por isso, em 2013, foram realizadas 3.861 horas de treinamento, obtendo-se uma média de 24,75 horas por colaborador.
E alinhada à legislação que rege os processos administrativos, contratos e licitações, realizou contratações através das modalidades Concorrência, Tomada de Preços, Pregão Presencial e Pregão Eletrônico – um total de 82 processos licitatórios. No ano, também foram elaborados 153 contratos, realizadas 45 contratações por Dispensa de Valor e 35 por Inexigibilidade.

Perspectivas para 2014
Para a execução dos principais projetos, em 2014, a perspectiva de investimento supera R$ 84 milhões.
A ampliação da rede de distribuição na Região dos Campos Gerais receberá um investimento de R$ 40,1 milhões para a construção de 18,6 km de rede de distribuição, ligando os municípios de Ponta Grossa, Carambeí e Castro. Na Região Metropolitana de Curitiba, a Compagas dará continuidade às obras de ampliação da rede nos municípios de Quatro Barras, Colombo, Campina Grande do Sul e Pinhais. Em 2014, está prevista a construção de 21 km de rede, com investimentos de R$ 17,6 milhões.
Cerca de R$ 18 milhões serão aplicados na saturação dos mercados urbano e industrial. Este total também inclui obras de relocação dos dutos de distribuição para garantir o fornecimento contínuo e a segurança dos consumidores e da rede de gás natural.
A Compagas dará continuidade nos estudos e projetos que visam ampliar a distribuição de gás natural no Paraná. Está previsto a utilização de R$ 1,3 milhões para a execução e conclusão dos projetos executivos para futuro atendimento aos municípios de São Mateus do Sul e Lapa e a elaboração de estudos para atendimento a novas cidades da Região Norte do Paraná. A Companhia também dará continuidade ao desenvolvimento de pesquisa e estudos para novas alternativas de suprimento, entre elas o Biogás.
A expectativa é que a Compagas registre em 2014 um aumento de 24% no número de clientes atendidos e o volume médio distribuído seja de 1,25 milhão de m³/dia.

Companhia Paranaense de Gás - Compagas
Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e relatório dos auditores independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Paranaense de Gás - Compagas
Curitiba - Paraná
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Gás – Compagas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos Auditores Independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar opinião sobre essas informações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paranaense de Gás – Compagás em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil
Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Valores correspondentes
As demonstações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 19 de fevereiro de 2013 que não conteve qualquer modificação.
Curitiba, 12 de fevereiro de 2014
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 F-PR
João Alberto Dias Panceri
Contador CRC 1PR048555/O-2

Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012		Nota	2013	2012
Ativo				**Passivo**			
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.427	35.993	Fornecedores	11	52.882	45.872
Clientes	5	32.496	34.768	Obrigações sociais e tributárias	12	2.948	2.598
Clientes - Copel	6	5.308	5.324	Imposto de renda a pagar	12	942	5.537
Estoques		803	605	Provisões trabalhistas e encargos sociais		4.494	3.712
Estoque de gás - pulmão de rede		265	265	Dividendos a pagar	14	5.598	4.929
Créditos nas operações de venda de gás	7	2.231	554	Outras obrigações		1.014	181
Impostos a recuperar	8	6.760	4.864			67.878	62.829
Devedores diversos		1.403	1.415				
		83.693	83.788	**Não circulante**			
				Benefícios a empregados	16	2.499	2.806
Não circulante				Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	13	888	848
				IRPJ e CSSL diferidos	9	2.075	2.939
Clientes - Copel	6	-	5.266			5.462	6.593
Créditos nas operações de venda de gás	7	11.480	12.279				
Impostos a recuperar	8	3.291	5.370				
Outros		538	477				
Intangível	10	209.964	184.548	**Patrimônio Líquido**			
		225.273	207.940	Capital social	14	135.943	135.943
				Reserva legal		18.220	17.296
				Reserva de lucros não realizados		3.476	6.952
				Reserva de retenção de lucros		77.987	62.115
						235.626	222.306
		308.966	291.728			308.966	291.728

Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	17	382.011	334.854
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	18	(318.729)	(270.788)
Lucro operacional bruto antes do resultado de construção		63.282	64.066
Receita de construção	19	40.999	24.185
Custo de construção	19	(40.999)	(24.185)
Lucro operacional bruto		63.282	64.066
Gerais e administrativas	18	(28.054)	(25.244)
Despesas comerciais	18	(14.718)	(12.223)
Outras receitas operacionais, líquidas		954	766
Resultado antes das receits financeiras líquidas		21.464	27.365
Despesas financeiras	20	(70)	(3)
Receitas financeiras	20	3.972	4.341
Variações monetárias	20	62	30
		3.964	4.368
Resultado antes dos impostos		25.428	31.733
Corrente	9	(7.806)	(13.155)
Diferido	9	863	2.177
Lucro líquido do exercício		18.485	20.755

Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	2013	2012
Resultado do exercício	18.485	20.755
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	18.485	20.755

Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros não realizados	Lucros acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		135.943	16.258	43.851	10.428	-	206.480
							-
Realização da reserva de lucro				3.476	(3.476)		-
Lucro líquido do exercício	14					20.755	20.755
Destinações:							-
. Reserva Legal			1.038	-	-	(1.038)	-
. Dividendos	14.3		-	-	-	(4.929)	(4.929)
. Reserva de retenção de lucros				14.788		(14.788)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		135.943	17.296	62.115	6.952		222.306
Realização da reserva de lucro		-	-	3.476	(3.476)	-	-
Lucro líquido do exercício	14	-	-	-	-	18.485	18.485
Destinações:						-	-
. Reserva Legal		-	924	-	-	(924)	-
. Dividendos	14.3	-	-	-	-	(5.165)	(5.165)
. Reserva de retenção de lucros				12.396		(12.396)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		135.943	18.220	77.987	3.476	-	235.626

Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		18.485	20.755
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	9	15.780	13.769
Impostos correntes e diferidos	8	6.943	10.978
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4	299	38
Provisão para ajuste de preço nas operações de compra de gás		(2.412)	(944)
Provisão para riscos trabalhistas,cíveis e atuarial	12 e 15	(268)	2.133
Encargos financeiros		-	(59)
Resultado na baixa do intangível		933	48
		39.760	46.718
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) de clientes		1.973	(7.358)
(Aumento) redução de estoques		(198)	621
Redução de créditos nas operações de gás		1.534	453
Redução de impostos a recuperar		183	1.475
Redução de clientes - Copel		5.283	5.267
Aumento de outras contas a receber		(48)	(307)
Aumento de fornecedores de gás e contas a pagar		7.009	2.818
Aumento de obrigações sociais e tributárias		3.625	2.026
Aumento de provisões trabalhistas e encargos sociais		782	1.428
Pagamento de juros		-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(16.451)	(19.580)
Aumento (redução) de outras contas a pagar		834	(12)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		44.286	33.549
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Transferência da aplicação financeira para caixa e equivalente caixa		-	48
Aquisição de ativo intangível	9	(42.130)	(31.094)
Alienação do intangível		-	191
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento		(42.130)	(30.855)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(3.722)	(7.702)
Amortização de financiamentos		-	(46)
Caixa líquido usado em atividades de financiamentos		(3.722)	(7.748)
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(1.566)	(5.054)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		35.993	41.047
No fim do exercício		34.427	35.993
		(1.566)	(5.054)

Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Receitas			
Venda de produtos e serviços		482.838	424.101
(-) ICMS - substituição tributária		(2.964)	(2.535)
Outras receitas		41.953	24.950
		521.827	446.516
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo das mercadorias e serviços vendidos		(414.495)	(337.941)
Materiais ,energia, serviços de terceiros e outros		(23.623)	(19.055)
Outros		(6.076)	(9.342)
		(444.194)	(366.338)
Valor adicionado bruto		**77.633**	**80.178**
Depreciação e amortização	10	(15.780)	(13.769)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**61.853**	**66.409**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	4.034	4.371
		4.034	4.371
Valor Adicionado total a distribuir		**65.887**	**70.780**
Pessoal			
Remuneração direta		15.152	13.335
Benefícios		3.380	2.849
FGTS		987	786
		19.519	16.970
Impostos, Taxas e Contribuições			
Federais		16.663	20.578
Estaduais		8.146	9.754
Municipais		302	222
		25.111	30.554
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros, multas e variações monetárias		69	3
Aluguéis		2.702	2.498
		2.771	2.501
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	14	5.165	4.929
Lucros retidos		13.321	15.826
		18.486	20.755
Distribuição do valor adicionado		**65.887**	**70.780**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

1Contexto operacional
A Companhia Paranaense de Gás – Compagas ("Companhia") é uma sociedade de economia mista constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Rua Hasdrúbal Bellegard, 1177, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de fornecimento de gás natural canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal.
A Companhia possui um Contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período mediante requerimento da Concessionária.
O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.
Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão ao valor de reposição amortizado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época.
A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998 e possui atualmente uma rede de distribuição de 646 km e conta com 163 empregados (153 em 2012).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.
A autorização pela diretoria da Companhia para a emissão das demonstrações financeiras do exercício de 2013 ocorreu em 12 de fevereiro de 2014.

2.2 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio de resultado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.
As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
• Nota 10 – Intangível;
• Nota 13 - Provisão para contingências;
• Nota 16 – Benefícios a empregados;
• Nota 21 - Instrumentos financeiros.

3 Principais políticas contábeis
A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira
Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros
i Ativos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
A Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos:
Recebíveis
Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e demais contas a receber.
Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são usados para gerenciar as obrigações de curto-prazo.

ii Passivos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente à data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.
Tais passivo financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amosrtizado através do método de juros efetivos.
A Companhia têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.
Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

c. Intangível
i. Programas de computador (softwares)
Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota explicativa 10.

ii. Contrato de Concessão
A Companhia reconheceu como intangível, conforme determina o ICPC 01, os valores relativos à construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, que corresponde ao direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, conforme divulgado na nota explicativa 10. Adicionalmente, para fins de divulgação, os valores relativos a construção de infraestrutura e aquisição de bens são considerados como prestação de serviços ao Poder Concedente.
A Companhia utiliza o método de amortização linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente da concessão, dos dois o menor. Para os ativos adquiridos dentro do prazo de 10 anos para término da concessão, a parte que será reembolsada pelo poder concedente será registrada como ativo financeiro e o restante classificado como intangível e amortizado pelo prazo de concessão.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)
(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)
Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado
A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico.
Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(iii) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.
O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.
As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Reconhecimento da receita
As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, deduzida de quaisquer estimativas, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador, se aplicável.
Mais especificamente, a receita de venda de gás é reconhecida quando o gás é entregue ao cliente.

f. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.
Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.
Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
Ao determinar o seu imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em conta o impacto das incertezas em relação à posição fiscal realizada e se impostos e juros adicionais devem ser pagos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada para todos os exercícios fiscais em andamento, com base na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação da legislação tributária e experiência passada. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, que levem a Companhia a mudarem o seu julgamento sobre a adequação da provisão existente, tais mudanças na provisão afetaria as despesas de imposto de renda no ano em que são feitas.

g. Provisão
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h. Receita e custo de construção
As receitas e custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC01, foram reconhecidos conforme CPC30 – Receitas, que orienta o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis, esclarecendo que quando não é possível efetuar estimativa confiável sobre a realização do ativo, somente deve ser reconhecido o ativo até o montante considerado provável de realização.
No caso da construção de infraestrutura, a receita é reconhecida no resultado por valor igual ao seu respectivo custo, tendo em vista que a Administração entende que a construção de infraestrutura não é uma fonte de receita e, portanto, de resultado, conforme demonstrado na nota explicativa 19.

i. Benefícios a empregados
i. Planos de contribuição definida
Plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

O plano previdenciário chamado de "Plano III" é caracterizado pela acumulação de poupança na fase de atividade dos indivíduos, com reversão da poupança em renda no momento do direito a conquista do direito aos benefícios.

ii. Plano assistencial
O plano assistencial chamado de "Pró-saúde" é caracterizado pelo custeio mensal da patrocinadora e empregados, calculado de acordo com o regime de repartição anual, com características de transferência de custeio intergeracional, com avaliação de passivo a longo prazo para o período de pós emprego.

j. Demonstrações do valor adicionado
A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, preparadas de acordo com as normas CPC aplicável as companhias abertas.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas
Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração (CPC 38,39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	342	370
Aplicação financeira		
Fundo de investimento	3.857	3.592
CDB	30.228	32.031
	34.427	35.993

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa - CDB, e fundos de investimentos referenciados à taxa DI e distribuídas entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem os requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecida pela Administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2013 é de 8,06% (8,39% em 2012).

5 Clientes

	31/12/2013	31/12/2012
Distribuição de gás canalizado	33.573	35.606
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.077)	(838)
	32.496	34.768

O prazo médio de recebimento de clientes é de 30 a 45 dias.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	(838)	(800)
Constituição de provisão no exercício	(299)	(171)
Valores recuperados durante o exercício	60	133
Saldo no fim do exercício	(1.077)	(838)

As contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	30.611	33.070
Vencidos até 60 dias	1.604	1.455
Vencidos de 61 até 180 dias	176	116
Vencidos acima de 181 dias	1.182	965
	33.573	35.606

6 Clientes - Copel

	31/12/2013	31/12/2012
Companhia Paranaense de Energia – Copel (partes relacionadas - nota explicativa 15)	5.308	10.590
Ativo circulante	5.308	5.324
Ativo não circulante	-	5.266

Refere-se à margem de distribuição no fornecimento de gás para a usina termoelétrica de Araucária ocorrido até 2005. Em 24 de novembro de 2006 foi assinado um contrato de transação extrajudicial com confissão de dívida no qual a Companhia Paranaense de Energia - Copel reconheceu o montante de R$ 26.334 como obrigação para com a Companhia. Neste contrato de reconhecimento de dívida, as partes acordaram que o valor de R$ 26.334 seria pago pela Companhia Paranaense de Energia - Copel a partir de 1º de janeiro de 2010 em 60 parcelas, sendo o saldo corrigido pela taxa SELIC a partir desta data. Até 31 de dezembro de 2013 foi recebido o montante de R$ 21.067 (valor equivalente ao principal acima apresentado), acrescido da correção.

7 Créditos nas operações de venda de gás

	31/12/2013	31/12/2012
Créditos de "Ship/Take or Pay" – Gás (*)	13.504	12.279
Créditos nas operações de venda de gás	207	554
	13.711	12.833
Ativo circulante	2.231	554
Ativo não circulante	11.480	12.279

(*) Refere-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Este saldo é corrigido mensalmente, atualizando o valor de recuperação.

Ano	Valor original a compensar
2008	1.076
2009	4.251
2010	3.485
2011	467
	9.279

Considerando o plano de expansão da Companhia e as perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a Administração entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2013 será efetuada integralmente. Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do ativo não circulante:

Ano	Valor a compensar
2014	2.024
2018	1.978
2019	2.726
2020	6.776
	13.504

8 Impostos a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ e CSLL a compensar	3.785	1.668
IRRF a compensar	475	656
PIS	958	1.329
COFINS	4.412	6.120
Outros tributos a compensar	421	461
	10.051	10.234
Circulante	6.760	4.864
Não circulante	3.291	5.370

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar são provenientes dos recolhimentos efetuados pelo critério de estimativa mensal e o saldo de IRRF a compensar é proveniente da tributação dos rendimentos de aplicações financeiras.

Os valores de Pis e Cofins a compensar são decorrentes dos créditos destas contribuições apuradas sobre os valores de construção da rede de gás e benfeitorias em bens de terceiros. A partir de 31/12/2012 a Companhia passou a compensar o PIS e o COFINS, conforme disposto na Instrução Normativa 457/04, mediante a aplicação das alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente, sobre a parcela de 1/48 avos do valor de aquisição destes bens.

9 Imposto de renda e contribuição social

Resultado do exercício(despesa)/receita	31/12/2013	31/12/2012
Imposto corrente		
Imposto de renda	(5.626)	(9.575)
Contribuição social	(2.180)	(3.580)
	(7.806)	(13.155)
Imposto diferido		
Imposto de renda	635	1.602
Contribuição social	228	575
	863	2.177
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(6.943)	(10.978)

a. Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda – IRPJ e contribuição social – CSLL:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	25.428	31.733
Impostos à alíquota teórica de 34%	(8.645)	(10.789)
Adições e exclusões permanentes:		
Adições e exclusões líquidas	(1.294)	(535)
Incentivos Fiscais	408	346
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(6.943)	(10.978)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2013	31/12/2012
Adições temporárias		
Provisão atuarial	2.499	2.806
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	888	848
Reversão do ativo diferido	-	48
Base de cálculo IRPJ e CSLL	3.387	3.702
Alíquota utilizada de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL sobre adições temporárias	1.152	1.259
Exclusões temporárias		
Contas a receber da Companhia Paranaense de Energia – Copel	(5.267)*	(10.533)
Reversão de provisão de créditos nas operações de aquisição gás	(4.224)	(1.812)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(9.491)	(12.345)
Alíquota utilizada de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL sobre exclusões temporárias	(3.227)	(4.198)
	(2.075)	(2.939)

Para fins de tributação do imposto de renda e contribuição social, a receita referente a transação extrajudicial com confissão de dívida junto a Copel (nota 6), foi diferida conforme artigo 409 do RIR/99.

Os créditos reconhecidos sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros e consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro. O valor dos impostos diferidos registrado no resultado em 31 de dezembro de 2013 foi R$ 863 (R$ 2.177 em 2012).

(*) Este valor é referente ao principal da dívida.

10 Intangível

10.1 Composição

Movimentações – 2013

	Vida útil em anos	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2012
Intangível em serviço						
Software e outros						
Softwares	5 a 10	5.222	1.151	-	-	4.071
Marcas e patentes outros		20	-	-	-	20
Amortização acumulada		(3.293)	(388)	-	-	(2.905)
		1.949	763	-	-	1.186
Contrato de Concessão						
Gasodutos	10	189.704	-	18.467	-	171.237
Equip.operação gasoduto	10	42.806	378	1.221	(52)	41.259
Benfeitorias em Bens 3°s	2 a 10	947	85	-	(311)	1.173
Móveis e Utensílios	10	1.599	803	-	-	796
Equip.de Informática	10	2.445	890	-	(25)	1.580
Veículos	10	1.732	334	-	-	1.398
Amortização acumulada		(101.936)	(15.392)	-	375	(86.919)
		137.297	(12.902)	19.688	(13)	130.524
Total do intangível em serviço		139.246	(12.139)	19.688	(13)	131.710
Intangível em formação						
Contrato de Concessão						
Obras em andamento		70.718	38.488	(19.688)	(920)	52.838
Total do intangível em formação		70.718	38.488	(19.688)	(920)	52.838
Total do intangível		209.964	26.349	-	(933)	184.548

Movimentações - 2012

	Vida útil em anos	Saldo em 31/12/2012	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2011
Intangível em serviço						
Software e outros						
Softwares	5 a 10	4.071	18	-	-	4.053
Marcas e patentes outros		20	-	-	-	20
Amortização acumulada		(2.905)	(379)	-	-	(2.526)
		1.186	(361)	-	-	1.547
Contrato de Concessão						
Gasodutos	10	171.237	-	24.426	(6.747)	153.558
Equip.operação gasoduto	10	41.259	392	1.767	(1.693)	40.793
Benfeitorias em Bens 3°s	2 a 10	1.173	16	-	-	1.157
Móveis e Utensílios	10	796	44	(32)	(65)	849
Equip.de Informática	10	1.580	64	32	(331)	1.815
Veículos	10	1.398	73	-	(433)	1.758
Amortização acumulada		(86.919)	(13.390)	-	793	(74.322)
		130.524	(12.801)	26.193	(8.476)	125.608
Total do intangível em serviço		131.710	(13.162)	26.193	(8.476)	127.155
Intangível em formação						
Contrato de Concessão						
Obras em andamento		52.838	31.047	(26 .193)	(697)	48.681
Total do intangível em formação		52.838	31.047	(26.193)	(697)	48.681
Total do intangível		184.548	17.885	-	(9.173)	175.836

O Intangível em formação refere-se a obras para ampliação da rede de distribuição de gás, principalmente para captação de clientes em Curitiba e região metropolitana. A Administração avalia periodicamente o andamento dessas obras e efetua a transferência para intangível em serviço quando da sua conclusão.
A Companhia adota a prática de avaliar periodicamente os seus investimentos através da avaliação de fluxo de caixa projetado até a data final da concessão trazido a valor presente e historicamente apresenta indicador positivo na avaliação da totalidade de seus investimentos.
Os prédios da sede administrativa e as bases operacionais são alugados de terceiros, cujos contratos vencerão em 2017. A Companhia tem um custo mensal com estes aluguéis de R$ 208 aproximadamente.

10.2 Indenização
De acordo com o Contrato de Concessão, há a previsão de reembolso dos investimentos realizados nos últimos dez anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição amortizado, o que configura um reconhecimento de ativo financeiro.
No ano de 2001, para melhorar a atratividade de investimentos para o setor no longo prazo e ampliar a participação do gás natural na matriz energética do estado, o contrato de concessão foi aditado com a alteração na regra de remuneração que confronta a receita e os custos.
O preço limite estabelecido pelo orgão regulador leva em consideração a vida útil dos ativos, os quais estão definidos contratualmente como 30 anos para rede de gás e 10 anos para os demais ativos.
Devido a Companhia amortizar os bens adquiridos anteriores aos 10 anos do final do prazo da concessão, com base na vida útil ou prazo de concessão, dos dois o menor, os bens com vida útil superior ao prazo de concessão estariam totalmente amortizados ao fim desta. Porém, devido ao aditamento que alterou a remuneração supracitado e baseada no artigo 36 da Lei 8.957/95, a qual estabelece que haverá indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, a Companhia entende que os bens com vida útil superior à concessão, independentemente da data de aquisição, terão direito a reembolso. O valor residual estimado pela Companhia é de R$ 65.198 relativo aos investimentos efetuados até 31 de dezembro de 2013. Esse valor residual, por não estar determinado no contrato de concessão o seu reembolso, está sendo amortizado até o final do Contrato de Concessão.

11 Fornecedores

	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedor de gás – Petrobras (partes relacionadas - nota explicativa 15)	51.502	43.681
Fornecedores de materiais e serviços no país	1.380	2.191
	52.882	45.872

12 Obrigações sociais e tributárias
O saldo da conta é composto por:

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda	942	5.537
Cofins	307	505
Pis	67	110
Imposto de renda retido na fonte	1.234	507
ICMS	839	1.038
INSS	374	326
FGTS	127	111
Outros impostos	-	1
	3.890	8.135

13 Provisões para contingências
A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

13.1 Ações prováveis:

		Provisão		
Natureza	31/12/2013	(reversão)	Valor pago	31/12/2012
Trabalhistas (13.1.1)	842	260	-	582
Cíveis (13.1.2)	46	(220)	-	266
Valor líquido das provisões para litígios	888	40	-	848

		Provisão		
Natureza	31/12/2012	(reversão)	Valor pago	31/12/2011
Trabalhistas (13.1.1)	582	332	-	250
Cíveis (13.1.2)	266	199	-	67
Valor líquido das provisões para litígios	848	531	-	317

13.1.1 Trabalhistas
Ações trabalhistas nas quais a Companhia é relacionada referem-se principalmente ao reconhecimento de vínculo empregatício e verbas de natureza salarial. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

13.1.2 Cíveis
As ações cíveis nas quais a Companhia é parte e referem-se, principalmente, a demandas judiciais que compreendem basicamente ações de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

13.2 Ações possíveis:

Natureza	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas(13.2.1)	1.572	911
Fiscais (13.2.2)	1.240	1.285
Cíveis (13.2.3)	55.770	45.795
Valor líquido das provisões para litígios	58.582	47.991

13.2.1 Trabalhistas
Consistem principalmente de horas extras e reflexos, reconhecimento de vínculo e indenizações. Em 31 de dezembro de 2013, além dos processos já provisionados, existem outros de mesma natureza que totalizam R$ 1.572 (R$ 911 em 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

13.2.2 Fiscais
Decorrente de notificações fiscais relativas à compensação de imposto de renda e contribuição social no valor de R$ 1.240 (R$ 1.285 em 2012). Com base no prognóstico de nossos assessores legais, não há necessidade de constituição de provisão, pois a expectativa de perda é possível.

13.2.3 Cíveis
Demandas judiciais que compreendem basicamente ações de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas.
Em 31 de dezembro de 2013 o montante estimado como perda possível relativo as demandas cíveis era aproximadamente R$ 55.770 (R$ 45.795 em 2012), não reconhecido pela Companhia no passivo como provisão para riscos cíveis.
Com relação ao principal processo em aberto, em 20 de outubro de 2011, houve o julgamento do Recurso Especial 904813/PR pela Terceira Turma do STJ, compreendendo a Ação Declaratória de Nulidade de Compromisso Arbitral. Tal Compromisso refere-se a contrato firmado para construção de um conjunto de fornecimentos que incluía serviços de detalhamento de projetos, fornecimento de materiais e equipamentos e a execução de rede de distribuição de gás em Curitiba e diversos municípios do Paraná. O julgamento na esfera cível negou provimento ao Recurso Especial da Companhia e manteve a validade do juízo arbitral, o qual foi publicado no diário da justiça eletrônico no dia 28 de fevereiro de 2012. Entretanto, de acordo com o prognóstico efetuado pelos assessores legais, com base nas notas obtidas na sessão do julgamento, a Companhia constata a possibilidade de manejo de recurso capaz de alterar a decisão até então desfavorável quanto à tese. Segundo os mesmos, a probabilidade de perda ainda é possível e a estimativa de valores para eventual desfecho desfavorável é considerada prematura e inexata (o valor original é de aproximadamente R$ 5,7 milhões, o qual atualizado até 31 de dezembro de 2013 é de R$ 45 milhões, de acordo com a expectativa da Administração e posição dos assessores jurídicos).
Adicionalmente, há duas demandas judiciais impetradas pelos sócios minoritários da Companhia envolvendo as deliberações aprovadas pelo sócio majoritário na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária (68ª AGO e 69ª AGE) e do Conselho de Administração da Compagas. No âmbito da Assembléia, discute-se o orçamento de capital, a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, destinação do saldo das reservas de lucros e a remuneração dos administradores. No que se refere ao Conselho de Administração, questiona-se o quórum de aprovação das matérias e, consequentemente, a validade de deliberações proferidas na 91ª, 99ª, 101ª e 104ª Reuniões do Colegiado. A Administração da Companhia, embasada pela opinião de seus assessores legais, entende que a probabilidade de manutenção das decisões societárias tomadas e publicadas é possível, não existindo neste momento impactos contábeis a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 advindo destas demandas.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social
O Capital Social em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R$ 135.943 representado por 33.600.000 ações com valor nominal de R$ 4,04 cada, sendo 11.200.000 ordinárias e 22.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em assembléia geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social.
A composição acionária em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

	Participação	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Paranaense de Energia-Copel	51,00%	5.712.000	11.424.000	17.136.000
Petrobras Gás S.A – Gaspetro	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
	100,00%	11.200.000	22.400.000	33.600.000

14.2 Reserva legal
O estatuto social determina que 5% do lucro líquido será aplicado na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.
Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, alterada pela Lei n° 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, atingindo esse limite, a Assembléia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

14.3 Dividendos
De acordo com o Estatuto Social (Artigo 35), aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. Em 2013 a Companhia optou pelo pagamento de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio, que estão sujeitos a alíquota de 15% de imposto de renda na fonte.
A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	18.485	20.755
Reserva legal	(924)	(1.038)
Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		
Dividendos	-	4.929
Juros sobre capital próprio	5.165	-
(–) IRRF - JCP	(775)	-
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4.390	4.929
Valor dos dividendos por lote de mil ações (ordinárias e preferenciais)	0,13	0,15
Participação dos dividendos no Lucro após reserva legal	25,0%	25,0%

Conforme Lei 9.2949/95 os juros sobre o capital próprio foram computados aos dividendos mínimos obrigatórios e contabilizados como despesas financeiras em conformidade com as normas contábeis. Para efeito de demonstração, esses juros foram eliminados das despesas financeiras e estão sendo apresentados na conta de reservas de lucros em contrapartida do passivo circulante.

14.4 Reserva de lucros não realizados financeiramente
A Companhia constituiu a reserva de lucros não realizados financeiramente com base no valor a receber da Companhia Paranaense de Energia – Copel de R$ 3.476 (R$ 6.952 em 2012), líquida do IRPJ e da CSSL incidentes sobre a margem de distribuição ainda não realizada financeiramente, relativa ao contrato de fornecimento de gás à UEG – Araucária, da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
Companhia Paranaense de Energia – Copel	5.267	10.533
IRPJ e CSLL (34%)	(1.791)	(3.581)
	3.476	6.952

15 Transações com partes relacionadas

15.1 A Compagas efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:

(*) O BNDES é subsidiária integral do BNDES Participações que é acionista da Copel

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos a pagar	-	-	2.239	2.514	-	-
Contas a receber	5.308	10.590	-	-	547	1.077
Entidades com influência significativa						
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro						
Dividendos a pagar	-	-	1.076	1.208	-	-
Reembolso de salários	-	-	284	-	401	318
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.						
Dividendos a pagar	-	-	2.283	1.208	-	-
Reembolso de salários	-	-	313	-	430	319
.						
Outras partes relacionadas						
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras						
Ship/Take or Pay	13.504	12.279	-	-	-	-
Aquisição de gás para revenda	-	-	51.502	43.681	(295.494)	(247.673)
Prestação de serviço de transporte					15.088	11.089
Petrobrás Distribuidora S.A. - Petrobras						
Receita com venda de gás	360	286	-	-	8.824	7.399
Outras receitas	-	-	-	-	-	5
Petrobrás Distribuidora S.A. - BR Asfaltos						
Receita com venda de gás	14	7	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A.						
Consumo de energia elétrica	-	-	-	-	(114)	(64)
Receita com venda de gás	-	-	-	-	114	57
Copel Telecomunicações S.A.						
Rede conexão / internet	-	-	-	-	(74)	(56)
BNDES* e BNDESPAR						
Financiamentos	-	-	-	-	-	2

(*) O BNDES é subsidiária integral do BNDES Participações que é acionista da Copel.

15.2 Remuneração dos Administradores
A ata da 69ª Asssembléia Geral Extraordinária de 2 de maio de 2013, fixou para o ano de 2013 o montante para remuneração anual dos Administradores de R$ 1.414 (R$ 1.414 em 2012) e para remuneração anual do Conselho Fiscal o montante de R$ 154 (R$ 154 em 2012).

16 Benefícios a empregados
Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, podem ser classificados em dois programas específicos.
• Plano de benefício previdenciário
• Plano de benefício assistencial
Balanço patrimonial e resultado do exercício
Em 31 de dezembro de 2013 o valor provisionado era de R$ 2.499 (R$ 2.806 em 2012) conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Plano de previdência	Plano de assistência saúde	Total 2013	Total 2012
Valor presente das obrigações totais	16.638	2.499	19.137	14.493
Valor justo dos ativos	(16.638)	-	(16.638)	(11.687)
Obrigação a descoberto	-	2.499	2.499	2.806

16.1 Plano de benefício previdenciário
O plano previdenciário, chamado de "Plano III", é um plano de contribuição definida (CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da Companhia é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2013, data do último cálculo atuarial, não há obrigação a ser reconhecida.
Os valores de despesa reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	2013	2012
Plano de de previdência (CD)	1.173	909
	1.173	909

16.2 Plano de benefício assistencial
O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repartição anual.

a. Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde:

	2013
Obrigações do plano benefício definido em 1 de janeiro	2.806
Custo do serviço corrente e juros	439
(Ganho)/perda atuarial	(746)
	2.499

b. Componentes da despesa/(receita) do plano (Pró-saúde) projetada para 2013

	2013
Custo do serviço	182
Custo dos juros	257
	439

16.3 Premissas utilizadas nos cálculos atuariais:

Dados Populacionais	31/12/2013	31/12/2012
Ativos		
Número de participantes ativos:	154	141
Idade média em anos:	39,89	38,94
Serviço creditado total	6,39	6,02
Tempo para aposentadoria	16,75	17,56
Renda média em R$	6.557,12	6.513,67
Aposentados		
Número de participantes aposentados:	1	1
Idade média em anos:	52,79	51,79
Benefício médio em R$	1.022,87	958,30
População total	155	142
Hipóteses Econômicas		
Taxa de anual de juro atuarial real (Previdência/Saude)		6,3% / 6,43%
Taxa anual de inflação projetada		5,80%
Taxa anual real de evolução salarial		2,00%
Taxa real de evolução de benefícios		0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral		0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)		97,1%
Hipóteses Atuariais		
Taxa de rotatividade		0,0%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 83
Tábua de invalidez		LIGHT média
% de casados na data de aposentadoria		90%
Diferença de idade entre homens e mulheres		Real (ou 4 anos)

17 Receita operacional líquida

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de vendas de gás	467.750	413.012
Receita de prestação de serviços	15.088	11.089
Impostos sobre vendas	(100.827)	(89.247)
Receita operacional líquida	382.011	334.854

18 Custos e despesas por natureza

	31/12/2013	31/12/2012
Locações	(2.702)	(2.498)
Compra de gás natural	(295.494)	(247.673)
Distribuição de gás	1.734	750
Pessoal	(21.901)	(20.441)
Despesas gerais	(6.034)	(7.515)
Materiais	(1.845)	(1.054)
Serviços de terceiros	(19.169)	(15.734)
Tributos e taxas fiscais	(311)	(320)
Amortização	(15.780)	(13.769)
	(361.501)	(308.255)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(318.729)	(270.788)
Despesas administrativas	(28.054)	(25.244)
Despesas com vendas	(14.718)	(12.223)
	(361.501)	(308.255)

19 Receitas e custos de construção
A Companhia registrou receita e custo de construção de acordo com a nota explicativa 3h.
A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim e não aufere receitas decorrentes desta operação. Para a construção de gasodutos a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, deste modo a construção se apresenta integralmente para a empresa como um encargo contratual de colocação de ativos à disposição para a execução do objeto da exploração dos serviços de distribuição de gás natural.

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção	40.999	24.185
Custos de construção	(40.999)	(24.185)
Receita líquida	-	-

20 Despesas e receitas financeiras

	31/12/2013	31/12/2012
Juros e encargos sobre empréstimos/financiamentos - moeda nacional	-	2
Outras despesas financeiras	(70)	(5)
Despesas financeiras	(70)	(3)
Variações monetárias ativas	62	30
Rendimento de aplicações financeiras	2.451	2.726
Juros e outras	1.521	1.615
Receitas financeiras	4.034	4.371
Resultado financeiro líquido	3.964	4.368

21 Instrumentos financeiros
A Companhia possui exposição para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:
• Risco de crédito
• Risco de mercado
• Risco de liquidez
A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores.
O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012 referentes a caixa e equivalentes de caixa, clientes, contas a receber e fornecedores se aproximavam dos valores de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas.
Categoria de instrumentos financeiros

	Valor contábil	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativos Financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	34.427	35.993
Clientes	32.496	34.768
Clientes - Copel	5.308	10.590
Passivos Financeiros		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores - aquisição de gás	51.502	43.681
Outros fornecedores	1.380	2.191

22 Fatores de Risco

22.1 Risco de crédito
Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Compagas.

	Valor contábil	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	34.427	35.993
Clientes (ii)	32.496	34.768
Clientes - Copel (ii)	5.308	10.590
	72.231	81.351

i. Caixa e equivalentes de caixa
A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa de R$ 34.427 (R$ 35.993 em 2012), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. A composição e a política de gestão de caixa e equivalentes estão descritos na nota explicativa 4.

ii. Clientes
Esse risco é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes pulverizada e gerenciamento das contas a receber identificando os recebimentos e detectando possibilidades de inadimplência, suspendendo o fornecimento de gás e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais, sempre que possível.
Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi estabelecida no valor de R$ 1.077 (R$ 828 em 2012) e representa 3,2% (2,3% em 2012) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito. Os vencimentos e movimentação da provisão está demonstrada na nota explicativa 5. Devido ao acompanhamento das contas a receber e a política de cobrança, o índice de inadimplência apresenta o valor médio de 3,9% (2,7 % em 2012) .

22.2 Risco de mercado
Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

i. Risco de taxa de câmbio
Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço do gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos de contas a pagar relativas ao gás adquirido.
A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

	31/12/2013		
	Ativo	Passivo	Exposição líquida
Fornecedores			
Aquisição de gás	-	51.502	51.502
	-	51.502	51.502

	31/12/2013		
	Ativo	Passivo	Exposição líquida
Fornecedores			
Aquisição de gás	-	43.681	43.681
	-	43.681	43.681

A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações e não há exposição a operações com derivativos.A Companhia não opera com derivativos.

22.3 Risco de liquidez
Risco de liquidez é inerente a descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em obter recursos, afetando a capacidade financeira. A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha.
A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nas demonstrações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

31/12/2013	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	34.427	-	-	-	34.427
Clientes	32.496	-	-	-	32.496
Clientes – Copel	5.308	-	-	-	5.308
	72.231	-	-	-	72.231
Passivo					
Fornecedores e outras contas a pagar	51.502	-	-	-	51.502
	51.502	-	-	-	51.502

31/12/2012	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	35.993	-	-	-	35.993
Clientes	34.768	-	-	-	34.768
Clientes – Copel	5.324	5.266	-	-	10.590
	76.085	5.266	-	-	81.351
Passivo					
Fornecedores e outras contas a pagar	45.872	-	-	-	45.872
	45.872	-	-	-	45.872

23 Medida Provisória no 627/2013
Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015 com a opção de antecipação de seus efeitos para o exercício de 2014, que, dentre outras determinações:
• Modifica a legislação tributária relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
• Revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
• Altera dispositivos da Lei nº 12.865/2013 que reabriu o parcelamento de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (REFIS da Crise), instituído pela Lei nº 11.941/2009,
Essa Medida Provisória, prorrogada através do Ato CN Nº 1 de 11 de fevereiro de 2014 pelo período de 60 dias, está em processo de tramitação no Congresso Nacional, podendo sofrer modificações em seu texto quando de sua conversão ou não em lei. Existe, ainda, a necessidade de regulamentação de diversos dispositivos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
A Administração da Companhia está avaliando os efeitos que as demais alterações poderão produzir e entende não ser possível, neste momento devido a iminência de alterações, determinar seus impactos bem como decidir por uma antecipação de seus efeitos para 2014.

24 Seguros
A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros para os investimentos efetuados para atender ao contrato de concessão e contra riscos operacionais compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Data de vigência	Importância segurada R$	Prêmio pago
Riscos operacionais	31/12/2012 a 29/10/2014	3.600	220
Responsabilidade civil e danos materiais			
	26/04/2013 a 26/04/2014	470	4
	20/08/2013 a 20/08/2014	600	16
	18/12/2013 a 18/12/2014	26.954	11

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPAGAS
Exercício de 2013

O Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as seguintes propostas, que estão sendo encaminhadas pela Administração da Companhia à deliberação em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, que está prevista para ser realizada em 02 de abril de 2014: a) sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2013 no montante de R$ 18.484.896,00: (i) constituição da Reserva Legal R$ 924.244,80, perfazendo um lucro básico para determinação dos dividendos no valor de R$ 17.560.651,20; (ii) Dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 5.164.773,76; (iii) Formação de Reserva de Retenção de Lucros no valor de R$ 12.395.877,44, baseado no orçamento de capital e plano de investimentos apresentado; (vi) da Reserva de Retenção de Lucros não Realizados Financeiramente, a Administração da Companhia propõe aos acionistas que o valor de R$ 3.476.088,00 seja destinado para a formação de Reserva de Retenção de Lucros. (vii) Distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 315.309,46. O Conselho Fiscal verificou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente e Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.
Com base nos exames efetuados e à vista do parecer favorável da KPMG Auditores Independentes, datado de 12 de fevereiro de 2014, emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão e votação nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária dos acionistas da COMPAGAS.-x-x-

Curitiba, 28 de fevereiro de 2014.

Samir Fouani   Sérgio José de Barros   Luiz Henrique Barros

Observação: Este Parecer é parte integrante da Ata da 97ª Reunião do Conselho Fiscal, realizada no dia 28 de fevereiro de 2014, que apreciou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2013 e as propostas da Administração.